

No Brasil, a partir da segunda metade do século XVIII (1750 em diante), a mineração começa a entrar em crise devido ao fato do ouro aqui encontrado ser de aluvião, o que não exigia grandes técnicas de exploração.

Um outro problema apresentava-se para a coroa portuguesa: com a **decadência da produção de ouro, o número de pessoas que viviam em estado de miséria crescia consideravelmente, o que facilitava a revolta e a desordem.**

A partir de meados do século XVIII o sistema colonial começa a entrar em crise. Essa crise tem como causa a **profunda transformação econômica verificada nos países centrais da Europa.** Temos, de um lado a **Revolução Industrial**, que ocorreu na Inglaterra graças ao ouro advindo do Brasil, e a **substituição gradativa do capitalismo comercial pelo capitalismo industrial.**

Como parte deste processo, o **pequeno produtor (artesão) que trabalhava diretamente para o consumidor vai desaparecendo, e em seu lugar vão surgindo as grandes indústrias.**

Assim, o sistema colonial entrará em choque com o **capitalismo industrial** porque **não concorda com o regime de monopólio (exclusivo comercial), nem com o regime de trabalho escravo, pois o sistema colonial através dos monopólios garante o mercado das colônias para os comerciantes das metrópoles, e através da escravidão não gera um mercado consumidor, pois o escravo não recebendo uma remuneração pelo seu trabalho não pode ser consumidor dos produtos industrializados.**

Além do desenvolvimento do capitalismo industrial como causa externa, que age no sentido de desestruturar o Antigo Sistema Colonial brasileiro, temos também as **Revoluções Burguesas, o surgimento do movimento do Iluminismo, e as independências da América Latina.**

Após uma série de conflitos na Europa por áreas de influência, envolvendo a França, as monarquias absolutistas e a Inglaterra, Napoleão Bonaparte, Imperador francês, decreta em **1806 o Bloqueio Continental à Inglaterra**, que proibia todos os países europeus (seus aliados) de comerciar com aquele país. **O principal objetivo desta medida era arruinar a Inglaterra economicamente.**

Como Portugal possuía diversos acordos (o principal deles foi o Tratado de Methuen) e uma enorme dívida para com a Inglaterra ficou em uma situação complicada: se atendesse ao decreto de Napoleão, os ingleses invadiriam o Brasil; e se contrariasse Napoleão, sofreria a vingança Francesa. **Para salvar a coroa portuguesa, ameaçada de ser invadida pela França, em 1808 o príncipe regente D. João, foge para o Brasil auxiliado pelos Ingleses, trazendo consigo cerca de 15.000 pessoas, principalmente nobres da Corte.**

O Brasil se transforma em sede do Reino Português.

Para a colônia brasileira, a presença da família real portuguesa trouxe inúmeras conseqüências, a principal delas a **oportunidade de se transformar em sede do governo português, o que ocorreu em 1812, com a elevação do Brasil em Reino Unido à Portugal e Algarves, deixando, desta forma de ser uma Colônia.** Isso significava, expansão econômica, contatos entre as capitanias. **Só não significava, ainda, liberdade.**

Tão logo a família real chega ao Brasil, **D. João anuncia abertura dos portos às “Nações Amigas de Portugal”, em 1808.** O Brasil podia, a partir de agora, **comerciar diretamente com os países amigos de Portugal.** (Naquele momento a única nação amiga de Portugal era a Inglaterra). Através deste decreto estabelecia-se que todas as mercadorias importadas deveriam pagar 24% de impostos, sendo que os produtos portugueses, pagariam 16% e os ingleses, 15%. A dominação inglesa consolidava-se. Somente em 1816 é que as taxas entre os produtos lusitanos e saxões seriam iguais.

A medida de elevação do Brasil à sede do Governo Português, à categoria de Reino Unido à Portugal e Algarves, bem como a abertura dos portos às nações amigas representou o fim do Pacto Colonial

Durante a permanência de D. João no Brasil, algumas medidas são tomadas, entre elas destacam-se: o **embelezamento e melhoria do Rio de Janeiro** (sede do governo colonial desde o ciclo do ouro, transformado em capital do Império Português); a **criação do Banco Brasil, do Jardim Botânico e da Casa da Moeda**; criação de **escolas de ensino superior**; instalação dos **Ministérios do Reino, da Marinha e da Guerra**; **liberação da entrada de estrangeiros e permissão para instalar indústrias no Brasil**; e assinaturas de diversos tratados com a Inglaterra, **liberando os seus produtos do pagamento de diversos impostos.**

A Revolução Pernambucana de 1817.

Contudo, as políticas patrocinadas por D. João VI geraram descontentamentos populares, principalmente no norte e nordeste. A principal revolta foi a **Revolução Pernambucana**, ocorrida em 1817. As principais causas desta “Revolução” foram: a) **fator econômico: crise na produção do açúcar e do algodão, luta dos senhores rurais e homens livres contra o domínio comercial, tentativa de diminuir os preços dos gêneros de primeira qualidade que os portugueses vendiam**; b) **fator político: desejo de substituir a Monarquia por uma forma mais liberal de governo, com a República**; c) **fator social: grandes desigualdades sociais e raciais existentes, que os revolucionários queriam eliminar.**

O estopim da Revolução Pernambucana foi o fato do governador Caetano Pinto Montenegro ter recebido denúncias sobre o movimento e efetuado diversas prisões. O movimento prendeu o governador e **durante dez semanas Pernambuco foi um país independente.** Os rebeldes formaram um governo provisório e elaboraram uma Constituição. **Contudo, o movimento estava fadado ao fracasso desde o início: não contava com apoio popular pois, além das idéias liberais (forma de governo republicana, liberdade**

religiosa e de imprensa, abolição dos tributos que aumentavam os preços dos gêneros alimentícios), **mantinha a escravidão e o latifúndio**. A Revolta foi duramente reprimida pelas forças imperiais em 1817.

As Côrtes de Lisboa, ou a Revolução do Porto de 1820.

Desde a vinda da corte portuguesa ao Brasil, Portugal vivia uma situação incômoda: em 1808, foi atormentado pelas tropas de Napoleão, posteriormente, com a expulsão dos franceses, passou a viver sob a tutela inglesa e governado pelo general inglês Lord Beresford.

Em 1820, a população portuguesa começa a questionar a presença da família real no Brasil, já que Napoleão Bonaparte havia sido derrotado definitivamente em 1815. Liderada pela burguesia portuguesa, essa população revolta-se e exige que as tropas inglesas de Beresford saíssem do país e que D. João VI voltasse para Lisboa. Assim, convocaram uma Assembléia Constituinte: era a Revolução Liberal do Porto (1820), que derrubou os poderes absolutos do rei, que agora deveria governar respeitando as Côrtes de Lisboa (nome do Parlamento português). Os principais objetivos deste movimento eram: a) saída de Beresford e demais militares ingleses de Portugal; b) elaboração de uma constituição; c) retorno de D. João VI para Portugal; d) **recolonização do Brasil**.

Assim, D. João VI, pressionado para não perder a Coroa Portuguesa, retorna para Lisboa, atendendo às deliberações das Côrtes de Lisboa, deixando no Brasil D. Pedro, seu filho e príncipe Regente. A Independência do Brasil, agora, era uma questão de tempo.

A Articulação da Independência do Brasil.

Durante o período em que D. João VI esteve no Brasil, a colônia portuguesa conseguiu liberdade comercial e autonomia administrativa. Com a volta do rei para Portugal, as coisas iriam mudar. Para os brasileiros a esperança de liberdade. Para os portugueses a esperança de recolonização, com tentativa de acabar com as regalias obtidas no período joanino.

Em virtude da tentativa recolonizadora das Côrtes de Portugal, grupos políticos liderados pelos latifundiários começaram a ser organizados. A **idéia de Independência** começou a ser construída, diante da intolerância do Parlamento Português.

A tentativa das Côrtes de Lisboa em recolonizar o Brasil, provocou a ruptura da elite nacional em dois grupos: o primeiro grupo, conhecido como **Partido Português** era integrado por comerciantes portugueses, interessados no retorno do Pacto Colonial, por militares portugueses e por alguns funcionários da Coroa e desejavam a Recolonização do Brasil; o segundo grupo, conhecido como **Partido Brasileiro**, estava dividido em dois:

a) os **conservadores**, que reunia a aristocracia rural do Sudeste, os comerciantes nativos e a burocracia estatal, ou seja, os grupos beneficiavam com as liberdades econômicas concedidas por D. João VI, **não** defendiam, de início a separação de Portugal, pois se interessava apenas em conservar as conquistas obtidas; e

b) os **radicais**, que era um pequeno grupo com influência nos setores médios e urbanos, formado por pequenos comerciantes, advogados, padres, professores, farmacêuticos, funcionários públicos do baixo escalão, alfaiates, estudantes etc. e tinham como ideal a independência política e o estabelecimento de uma república.

Entretanto, deve-se ressaltar que a **grande maioria da população não participava diretamente dessas movimentações políticas**. Escravos ou lavradores pobres, continuavam passivos diante do que acontecia no meio político nacional. O povo estava muito mais preocupado em se manter vivo do que discutir a independência do Brasil.

Os brasileiros reúnem-se, então para tramarem a independência, esperando contar com o apoio do príncipe regente, D. Pedro, e convencem-no a não embarcar para Portugal (exigida pelas Côrtes). No dia 09 de Janeiro de 1822, D. Pedro diz que fica no Brasil. Este dia fica conhecido como o **Dia do Fico**. Em maio de 1822, decretou-se o **Cumpra-se**. Devagar, D. Pedro foi armando a Independência.

Os conservadores do Partido Brasileiro, liderados por Gonçalves Ledo, temendo uma revolta popular sem proporções, convence D. Pedro a convocar uma Assembléia Constituinte, o que vai ser aceito pelo Príncipe Regente, em junho de 1822.

Embora a facção conservadora tenha obtido o controle da situação e o texto da convocação da Constituinte apresentasse declarações favoráveis à permanência da união entre Portugal e Brasil, através de uma Monarquia Dual (o Brasil continuaria pertencendo à Portugal, contudo, manteria uma certa autonomia), as Côrtes de Lisboa insistiam na tentativa da Recolonização do Brasil, e decretaram que o Príncipe deveria retornar imediatamente para a metrópole.

Em 07 de Setembro de 1822, D. Pedro, forçado pelas circunstâncias, rompe definitivamente os laços de união política com Portugal. Culminou, desta forma, o longo processo de emancipação, iniciado em 1808 com a vinda da família real. A 12 de Outubro de 1822 D. Pedro foi aclamado, e a 1º de Dezembro de 1822 tornou-se o primeiro imperador do Brasil e defensor perpétuo do Brasil, com o título de D. Pedro I.

Assim, pode-se afirmar que a Independência do Brasil não foi obra do Brasil como um todo, mas, particularmente, da região sul e da aristocracia rural. A emancipação política não implicou nenhuma alteração da estrutura social transmitida pelo passado colonial. A enorme população de escravos e de homens livres não-proprietários, dispersa pelo Brasil e distante dos principais centros, permaneceu absolutamente indiferente às transformações do quadro político. Entretanto, nos centros urbanos, a massa popular aderiu, em várias ocasiões, aos impulsos revolucionários. Contudo, a Independência do Brasil foi resultado imediato das articulações políticas da aristocracia rural que iria dominar a vida política nacional do Brasil a partir de então.